

MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE SAÚDE DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Cleonice Dias Terras¹

Resumo

O projeto de intervenção apresentado neste artigo consistiu no levantamento dos equipamentos das redes socioassistenciais que atendem às pessoas em situação de rua na região metropolitana de Curitiba. O levantamento foi elaborado com o intuito de subsidiar informações para os projetos de extensão da Uninter, bem como para utilização posterior em trabalhos com as instituições que atuam no atendimento das pessoas em situação de rua.

Palavras-chave: Equipamentos socioassistenciais. Pessoas em situação de rua. Região metropolitana de Curitiba.

1 Introdução

A população em situação de rua, em todas as cidades, é composta por pessoas que vivem desprovidas do acesso aos direitos básicos e de informações. Essa população enfrenta violações diariamente, não apenas de seus direitos sociais, assegurados por lei, mas dos direitos fundamentais de todo e qualquer ser humano.

Diante da crise social, aumenta o número de pessoas em situação de rua, principalmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, bem como a demanda por recursos para atendimento, principalmente nas áreas social e de saúde. Por conta disso, surgiu a necessidade de identificar quais são as redes de atendimento às pessoas em situação de rua na região metropolitana de Curitiba, responsáveis por promover políticas de assistência social.

A população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março deste ano, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19. Entre as pessoas sem moradia estão desempregados e trabalhadores informais, como guardadores de carros e vendedores ambulantes. Além de atualizar dados sobre esse grupo social, duas pesquisas recém-concluídas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) alertam: a propagação da nova corona vírus aumenta a vulnerabilidade de quem vive na rua e exige atuação mais intensa do poder público (IPEA, 2020, n.p.).

O objetivo do projeto foi o de mapear a rede socioassistencial, de saúde e de atendimento à população em situação de rua dos municípios da região metropolitana de Curitiba. Buscou-se localizar e divulgar quais são os atendimentos prestados a essas pessoas

¹ E-mail: cleoterras@hotmail.com

em Curitiba e região metropolitana, mediante levantamento das redes socioassistenciais e de saúde da região delimitada.

O levantamento foi feito por meio de pesquisas na internet, para saber quais atendimentos são dispensados a essa população. Foram anotados os dados levantados em planilha Excel, e confeccionada uma cartilha com os dados dos equipamentos encontrados nas cidades da região metropolitana, para futuramente realizar um georreferenciamento das redes socioassistenciais e de saúde que atendem às pessoas em situação de rua.

2 Desenvolvimento

Os serviços que compõem a proteção social básica e especial, na política de assistência social, seguem as regras definidas pela Resolução nº. 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Nela estão expressamente previstos os serviços aplicáveis às pessoas em situação de rua, os quais são prestados nas seguintes unidades: o CREAS, o CENTRO POP, Casas de Passagem e Unidades de Acolhimento Institucional.

No Brasil, a Proteção Social Especial está dividida em média e alta complexidades, e os serviços ofertados à população em situação de rua encontram-se nessas duas esferas. A média complexidade inclui serviço especializado em abordagem social realizado nos CREAS, CENTRO POP e Unidades de Acolhimento Institucional.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem por objetivo ofertar serviços especializados em diferentes modalidades e com equipamentos para garantir a segurança de acolhida. Tais serviços devem primar pela preservação, pelo fortalecimento ou pelo resgate da convivência familiar e comunitária — ou pela construção de novas referências, quando for o caso — adotando, para tanto, metodologias de atendimento e de acompanhamento condizentes com esta finalidade.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS -Aos CREAS cabe a oferta de um acompanhamento especializado, visando prevenir agravamentos das situações de risco pessoal e social, além de possibilitar a construção do processo de saída das ruas, por meio de intervenções em rede e o acesso aos benefícios socioassistenciais (MEDEIROS, 2018, n.p.).

O centro especializado para a população de rua é um serviço exclusivo para pessoas em situação de rua, tendo a obrigatoriedade de destinar os serviços próprios a essa população,

podendo também ofertar o serviço de abordagem social com o consentimento e a análise da gerência local.

Para Medeiros (2018), o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), nas suas diferentes modalidades, são pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ao oferecerem serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, constituídos por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas.

As formas de acesso ao Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua ocorrem mediante encaminhamentos do Serviço Especializado em Abordagem Social, de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Além, também, de demanda espontânea (MEDEIROS, 2018).

As pessoas vão para a rua por vários motivos, tais como: a falta de emprego, o rompimento de vínculos familiares, a violência, a perda da autoestima, o alcoolismo, o uso de drogas etc. Essas pessoas são obrigadas a sobreviverem em meio ao caos. Elas vivem em situação de extrema vulnerabilidade social.

A falta de informações e o descaso da sociedade e dos governantes restringem o acesso dessa população aos equipamentos públicos que lhes são garantidos por direito.

Segundo Medeiros (2018), o papel dos assistentes sociais, nos diversos espaços ocupacionais e no Serviço Especializado para População em Situação de Rua, varia de acordo com a demanda dos usuários, seja por orientação individual e grupal, seja por encaminhamentos a outros serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas que possam contribuir para a construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Diante do cenário exposto, o projeto de intervenção nos remeteu a construção do mapeamento da rede socioassistencial que atende à pessoa em situação de rua na região metropolitana de Curitiba, pois a questão da vulnerabilidade é comum em todos os municípios, resguardando as diferenças. Os 21 municípios pesquisado são: Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

3 Considerações Finais

No que diz respeito aos dados qualitativos, os resultados do projeto foram avaliados satisfatoriamente, embora houvesse, antes do projeto, certa dificuldade em saber quais eram e onde se encontravam os equipamentos que atendem à população em situação de rua na região metropolitana de Curitiba.

Ao realizar o mapeamento dos equipamentos, notou-se que algumas cidades da região metropolitana não possuem alguns dos equipamentos para atendimento à população em situação de rua. Quando essas pessoas necessitam de atendimentos, são enviadas à Curitiba ou outras da região.

Isto posto, fica clara a importância de nosso empenho no sentido de elaborar uma planilha que contenha informações a respeito dos equipamentos disponíveis para atendimento das pessoas em situação de rua nos municípios da região metropolitana de Curitiba.

As dificuldades encontradas no decorrer da realização foram em relação ao contato com as prefeituras e secretarias de saúde das cidades da região metropolitana. Devido à redução do contingente de funcionários em função da pandemia, não obtivemos respostas para nossos e-mails e ligações telefônicas.

O projeto terá continuidade com a criação de um mapa de georreferenciamento que será útil à população.

Referências

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de atuação ministerial:** defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2015. 141 p. (Guia de Atuação Ministerial e Ação Nacional em defesa dos Direitos Fundamentais). Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CNMP_WEB_2015.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

IPEA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório de Pesquisa – Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil:** arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 1). Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/rel_1_1_rm_belem.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

IPEA. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. **IPEA**, 12 jun. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811. Acesso em: 17 mar. 2021.

MEDEIROS, J. Serviço especializado para pessoas em situação de rua. **GESUAS (Gestão do Suas)**, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

-PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. **Guia de apoio — Informações e Serviços de Atenção para População em Situação de Rua do Paraná**. Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/ciamp/cartilhaPopRuaweb.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.